



26430614



08004.001198/2023-15

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

Esplanada dos Ministérios Bl. T, Anexo II, Sala 600, - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP  
70064-900  
Telefone: (61) 2025-8036

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2023  
PROCESSO Nº 08004.001198/2023-15****ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

Declaro, para fins de participação na Dispensa de Licitação n.º \_\_\_\_ /2023 que a empresa  
\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob  
n.º \_\_\_\_\_, sediada na  
\_\_\_\_\_, representada pelo Sr.  
\_\_\_\_\_, que na presença de servidor designado pelo Ministério da  
Justiça e Segurança Pública, o profissional acima qualificado vistoriou as áreas onde serão executados os  
serviços objeto da Dispensa de Licitação n.º \_\_\_\_ /2023, inteirando-se por completo das condições  
estipuladas nos documentos do certame e das dificuldades que os serviços possam apresentar no futuro.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do representante legal ou procurador)

\_\_\_\_\_  
Ministério da Justiça e Segurança Pública

**OU**

**DECLARAÇÃO - PLENO CONHECIMENTO**

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, sediada à \_\_\_\_\_, CNPJ N.º: \_\_\_\_\_,  
telefone \_\_\_\_\_, não teve interesse em realizar a vistoria nos locais onde serão executados os  
serviços Objeto do Pregão Eletrônico \_\_\_\_/\_\_\_\_, se responsabilizando por todas as consequências por  
este ato.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

---

(Assinatura do representante legal ou procurador)

---



Documento assinado eletronicamente por **LIDIANNY ALMEIDA DE CARVALHO, Chefe da Divisão de Licitações**, em 13/12/2023, às 10:34, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **26430614** e o código CRC **4F2F304A**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.